



Índice

Editorial

A Voz da Investigação

Paseo: O sentido das nossas ações?

Brevemente

Sugestões de Leitura

Editorial



Jorge Morgado

Inspeção Regional de Educação

A Inspeção Regional de Educação vem dedicar este n.º 11 do Boletim Informativo “IntervIRE” à temática Perfil do Aluno à saída da Escolaridade Obrigatória que estabelece a matriz de princípios, valores e áreas de competências a que deve obedecer o desenvolvimento do currículo no planeamento e na realização do ensino e da aprendizagem, bem como na avaliação interna e externa das aprendizagens dos alunos.



Os novos paradigmas que se põem à sociedade e à escola tornou necessário enquadrar um conjunto de competências transversais e interdisciplinares independentemente do percurso formativo e que se traduzem numa interligação entre conhecimentos, capacidades, atitudes e valores num percurso de aprendizagem ao longo da vida de forma a preparar os alunos, neste particular, do Sistema Educativo Regional, para os novos desafios se que colocam num mundo em constante e vertiginosa mutação.

PASEO: O sentido das nossas ações?



Ana Cristina Duarte

Palavras prévias:

O historial cultural da humanidade conduziu-nos a uma época de enorme desenvolvimento nas mais variadas áreas do conhecimento, a uma era de extrema complexidade, marcada por profundas transformações, na qual o fator mudança é constante. Hoje, vivemos em sociedades altamente complexas, dominadas pela globalização da comunicação e por uma escalada generalizada e muitíssimo competitiva ao alargamento do conhecimento e à disseminação da informação.

Conjuntura que se vai exacerbando com o desenvolvimento acelerado das tecnologias com particular ênfase para o papel que as tecnologias da informação e comunicação têm na geração de toda esta situação e do perfil multimidiático da sociedade em que vivemos. Realidade que se evidencia em todos os setores das nossas vidas, sociais, profissionais e pessoais e, por conse-

guinte, influencia largamente a escola.

À laia de aparte, penso que não será difícil reconhecer este movimento; basta analisarmos as profundas mudanças que foram ocorrendo na nossa curta passagem pela vida, nas mais diversas áreas, e as dificuldades que sentimos em lidar com algumas delas, estabelecendo um paralelo com a morosidade das mudanças em outros períodos da história.

Reconhecidos estes factos, não será, igualmente, difícil compreender que a escolarização e qualificação das populações, em idade escolar e ao longo da vida, sejam, hoje, fundamentais. É essencial que, mais do que ter acesso a informação, uma vez que esta está disponível on-line, adquiramos competências que nos permitam vir a lidar com tal conjuntura e com os desafios que o futuro nos venha a impor. Motivos pelos quais urge rever os modelos educativos; as pedagogias de sala de aula;

os modos de dar a aprender. Urge uma reflexão sobre o que é realmente importante dar a aprender aos nossos jovens; acerca do que será útil para a sua vida num futuro que desconhecemos; acerca de como se ganha a competência de aprender a aprender continuamente e de saber selecionar a informação e o conhecimento relevantes em cada momento. Não esqueçamos que, presentemente, tal como a emergência de conhecimento novo ocorre em quantidades exponencialmente elevadas, a obsolescência do conhecimento também é alta, como referiu Toffler¹.

A educação em Portugal vive um momento decisivo, o de se adequar às necessidades contemporâneas, dando resposta aos inúmeros desafios que esta impõe, tal como prevê a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE)² que estabelece e define o referencial normativo das políticas educativas, reorganizando-se para facultar aos nossos jovens a possibilidade de

¹ Toffler, A. (s.d.). Choque do futuro. Lisboa: Livros do Brasil;

Toffler, A., & Toffler, H. (2011). A revolução da riqueza. Lisboa: Actual Editora.

² O ponto 4.º do art.º 2.º da LBSE determina que o sistema educativo responda "... às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho."

desenvolverem competências que lhes permitam encarar os desafios com que se venham a deparar com espírito crítico e criativo, buscando soluções sustentáveis do ponto de vista social, económico e ambiental.

A prossecução de tal objetivo compeliu a uma reflexão acerca do que era necessário mudar no currículo aprendido pelos nossos alunos. Ponderação que se fundou nas recomendações de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), na certeza de que é necessário promover a formação de todos, independentemente do percurso que cada um possa realizar em função dos seus objetivos, e que tal formação deve assentar num equilíbrio entre os aspetos técnicos e científicos e da inteligência artificial com as aptidões e conhecimentos humanos, sem descuidar as aptidões socioemocionais que devem passar a ser assumidas no cerne da educação do século XXI, incidindo intensamente naquilo que nos torna realmente humanos.

Perante as exigências da conjuntura contemporânea e os desafios que nos porá o futuro, por ora desconhecidos, em educação, urge abandonar a ideia de que os jovens devem aprender aquilo que nós aprendemos, do modo como aprendemos. E mobilizarmo-nos para possibilitar aos alunos o direito

a conhecer o conhecimento como um todo, onde as partes são, necessariamente, solidárias do todo, onde a unidade da complexidade da condição humana deve estar presente através da diversidade dos conhecimentos e dos humanos, assim como na sua inter-relação com o destino do planeta, como nos ensina Edgar Morin³. Numa visão em que defende que as realidades, científica e social, não podem ser entendidas em separado, devem ser apreendidas na assunção e prática da sua intercomunicabilidade; em que se mostre, numa lógica de reciprocidade, as relações entre o todo e as partes e vice-versa.

Tal desiderato implica dotar os alunos de competências que lhes permitam enfrentar as incertezas e os acasos presentes nas ciências (e na vida em geral), analisar com criticidade os acontecimentos e incidentes ocorridos ao longo da história da humanidade (e na própria vida pessoal), assim como o "carácter inesperado da aventura humana" nas suas múltiplas dimensões, gerando o desenvolvimento de uma "ética do género humano", que abarque entendimentos sobre a cidadania terrestre numa assunção de que somos uma comunidade planetária.

PASEO:

A resposta do sistema educativo português a estes desafios e às críticas que

há muito lhe eram imputadas surge em 2018, através da publicação dos decretos-lei n.º 54/2018⁴ e n.º 55/2018⁵ e da confirmação de que o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória⁶, divulgado em 2107, doravante orientarão as medidas educativas. Concomitantemente, surge a componente referencial curricular para cada área disciplinar designada por Aprendizagens Essenciais⁷, construída a partir dos documentos curriculares existentes à data. Aí estão expressos os conhecimentos, capacidades e atitudes que se espera sejam desenvolvidos ao longo da progressão curricular de cada disciplina, na sua integração em cada ciclo, ao longo da escolaridade obrigatória.

O Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO) é, de acordo com o Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, o documento de referência que estabelece a nova matriz de princípios, valores e áreas de competências a que deve obedecer o desenvolvimento do currículo.

Consubstanciando-se no articulado na Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986⁸, o PASEO redefine o sentido de missão de todo o sistema educativo à luz das exigências contemporâneas, apontando o caminho para a organização e gestão curriculares, e para a definição de estratégias, metodologias e procedimentos pedagógico-didáticos a usar no fomento das aprendizagens de

³Morin, Introdução ao Pensamento Complexo, 2017.

Morin, O Ano I da Era Ecológica, 2007.

⁴Publicado em Diário da República n.º 129/2018, Série I de 2018-07-06, páginas 2918 – 2928.

⁵Publicado em Diário da República n.º 129/2018, Série I de 2018-07-06, páginas 2928 – 2943.

⁶Homologado através do Despacho n.º 6478/2017, de 9 de julho, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 26 de julho de 2017.

⁷Disponível em <http://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-0>

⁸Aprovada a 14 de outubro de 1986, foi sucessivamente alterada em 1997, 2005, 2009 e 2015, no que toca ao acesso Aprovada a 14 de outubro de 1986, foi sucessivamente alterada em 1997, 2005, 2009 e 2015, no que toca ao acesso e financiamento do ensino superior, no estabelecimento do regime da escolaridade obrigatória, alargando-o, e à consagração da universalidade da educação pré-escolar.

todos os alunos ao longo dos 12 anos de escolaridade.

Na senda de cumprir o objetivo de garantir uma educação de qualidade, proporcionando as melhores oportunidades educativas a todos, estrutura-se em torno da relevância de se vir a “desenvolver uma cultura científica e artística de base humanista, alicerçada em múltiplas literacias, no raciocínio e na resolução de problemas, no pensamento crítico e criativo”⁹.

O decreto-lei 55/2018, que se deve analisar em articulação com o DL 54/2018, fala em educação para TODOS, e remete para a consideração em igualdade de todas as áreas do conhecimento e de todos os cidadãos, independentemente das suas áreas de eleição e/ou das suas idiossincrasias¹⁰. Insiste na importância de uma abordagem de natureza transdisciplinar das aprendizagens, que contraria claramente a abordagem segmentada do ensino tradicional, valorizando a diversidade humana e os valores que lhe são intrínsecos, assim como os processos de criação e inovação em todas as áreas do conhecimento. Uma conceção em que se espera que, para além do desenvolvimento do conhecimento científico, com o trabalho em sala de aula, se estimule a curiosidade inte-

lectual, o desenvolvimento do espírito crítico e da criatividade, assim como, o trabalho colaborativo¹¹.

Assume claramente a importância estruturante de todas as áreas do conhecimento na formação dos cidadãos: artes, ciência e tecnologia, desporto e humanidades¹²; a importância da mobilização das diversas literacias; do desenvolvimento das múltiplas competências, teóricas e práticas, através de uma abordagem de natureza transdisciplinar promotora do conhecimento científico, da curiosidade intelectual, do espírito crítico e interventivo, da criatividade e do trabalho colaborativo.



O PASEO alude à necessária sedimentação de uma cultura científica e artística (na qual a alusão às artes é sempre explícita) de base humanista na caracterização do perfil de cidadão almejado. Numa conceção em que se prevê que os alunos, quando terminam o ensino obrigatório, estejam dotados de capacidades de intervenção consciente e responsável, na vida e na sociedade, e de tomarem decisões livres e fundamentadas. Que sejam capazes de reconhecer a relevância das diversas áreas do conhecimento, nomeadamente das Artes, Ciências e Tecnologias, para a sustentabilidade social, cultural, económica e ambiental. Sabendo que para isso cabe ao sistema educativo, em geral, e aos professores, em particular, promover o seu desenvolvimento de modo que venham a ser capazes de pensar crítica e autonomamente, e desenvolver pensamento criativo, trabalho colaborativo e capacidades de comunicação.

O PASEO organiza-se em torno de quatro eixos: princípios, visão, valores e competências. Os princípios e a visão que norteiam a ação educativa. Os valores assumidos como orientações relativas às características éticas associadas à forma como é expectável que os cidadãos venham a agir no contexto relacional na vida participada em

⁹Tal como prevê a LBSE, no ponto 5.º do art.º 2.º: “A educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva.”

¹⁰Art.º 4.º i) “Valorização da gestão e lecionação interdisciplinar e articulada do currículo, designadamente através do desenvolvimento de projetos que aglutinem aprendizagens das diferentes disciplinas, planeados, realizados e avaliados pelo conjunto dos professores do conselho de turma ou do ano de escolaridade;”

¹¹Art.º 4.º m) “Assunção da importância da natureza transdisciplinar das aprendizagens, da mobilização de literacias diversas, de múltiplas competências, teóricas e práticas, promovendo o conhecimento científico, a curiosidade intelectual, o espírito crítico e interventivo, a criatividade e o trabalho colaborativo;”

¹²Art.º 4.º q) “Assunção das artes, das ciências e tecnologias, do desporto e das humanidades como componentes estruturantes da matriz curricular das diversas ofertas educativas e formativas;”

sociedade. E as áreas de competência, de diversas naturezas - cognitiva e metacognitiva, social e emocional, física e prática -, “... entendidas como combinações complexas de conhecimentos, capacidades e atitudes que permitem uma efetiva ação humana em contextos diversificados”. Competências que “... envolvem conhecimento (factual, conceitual, processual e metacognitivo), capacidades cognitivas e psicomotoras, atitudes associadas a habilidades sociais e organizacionais e valores éticos.”

Apresenta, assim, uma nova filosofia educativa, relegando a ideia de ensinar, tão enraizada entre nós; defende uma abordagem assente no desenvolvimento de competências de cunho transversal a todas as áreas do conhecimento. E coloca a ênfase na necessidade de promover o desenvolvimento de diversas áreas de competência, dando igual relevância às competências, cognitiva e metacognitiva, social e emocional, física e prática.

O que traduz uma mudança de paradigma que compele a uma indispensável reorganização das escolas, da organização curricular e, sobretudo, dos docentes, ao abrigo do permitido pelo projeto de autonomia e flexibilidade. Que exige que o foco deixe de estar colocado no ensinar a todos por igual, do professor para o aluno, e passe a estar colocado na promoção do desenvolvimento de competências, de processos de aprendizagem

numa situação em que o centro deixa forçosamente de ser o professor. Sem, todavia, retirar relevância ao seu papel. De facto, esta mudança torna muito mais complexo e exigente o trabalho do docente. Impele ao abandono da rotinização, do uso do manual como guia direto; cria a necessidade de um perfil de professor, investigativo, criativo, aberto, flexível e reflexivo relativamente ao modo como as suas ações irão contribuir para as aprendizagens, para o desenvolvimento das competências. Capaz de analisar criticamente as suas práticas, verificando se não se enquadram na categoria de meros exercícios rotineiros, ritualistas, sediados em crenças pouco fundadas, desprovidas de interesse de fundo, se não serão passíveis de criar fortes constrangimentos à motivação e inibir o desenvolvimento da criatividade e do espírito crítico.

Notas Finais:

A reflexão que aqui vos apresento, em resposta ao desafio de falar acerca do Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO), é apenas um olhar. Um breve olhar, muito mais haveria a dizer, moldado pela minha formação e pela minha experiência profissional e pessoal; (in)formado pela forma como olho para o mundo, como vislumbro o contexto social envolvente, como olho para o texto dos documentos orientadores e para as teorias da educação, é certo, mas é sempre um olhar.



Todavia, pese embora esta tomada de consciência sobre aquilo que são as nossas reflexões em cada momento, é fundamental que nos lembremos que não estamos a discorrer acerca de uma qualquer teoria. O PASEO é ‘O’ “documento de referência para a organização de todo o sistema educativo” português, o documento norteador do sentido que devemos dar às nossas ações, tanto na gestão da educação, quanto na ação de sala de aula, pelo que o que temos que procurar é um entendimento acerca daquilo que veicula e do que implica para todos nós, atores na área da educação.

A palavra ‘Sentido’, muito presente no seu texto, dá-nos conta da sua enorme relevância. Consideremos as suas múltiplas aceções: de senso, fundamento ou razão, na medida em que havemos de aí fundar as nossas ações; de direção, porque deve orientar os nossos atos, as nossas práticas, ajudar a definir um rumo. E, ainda, de sentimento, na medida em que o humano é indissociável do sensível, tal como a neurociência afirma, e o sensível estará sempre em jogo em educação de diversas formas, pois recupera a consideração da globalidade do humano ao contemplar as competências social e emocional, física e prática a par com as competências cognitivas e metacognitivas; ao voltar a considerar todas as áreas do conhecimento, Artes, Ciências e Tecnologias¹³.

¹³“As humanidades hoje têm de ligar educação, cultura e ciência, saber e saber fazer. O processo da criação e da inovação tem de ser visto relativamente ao poeta, ao artista, ao artesão, ao cientista, ao desportista, ao técnico – em suma à pessoa concreta que todos somos.” (PASEO)

Brevemente...



TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS E AUTONOMIA DAS ESCOLAS – TERTÚLIA DE INQUIETAÇÕES PEDAGÓGICAS

Dia 9 de janeiro, 5ª feira, às 17h30, na Escola Superior de Educação de Lisboa (Sala de Atos), com João Barroso, Professor do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, que falará da “Transferência de competências entre a descentralização para as autarquias e a autonomia para as escolas” e Frederico Pinho de Almeida, Vereador da Educação da Câmara Municipal de Cascais, que apresentará o tema “Descentralização / transferência de competências”. A moderar: Adelino Calado.

Todas as informações em:
<https://inquietacoespedagogicasii.blogspot.com/2020/01/convite-46-tertulias.html>

Seminário Nacional
OS TEMPOS DA FAMÍLIA: ESTRUTURA, USO, DESIGUALDADES
 Lisboa, 13 de Janeiro de 2020 | Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Sala Polivalente

Organização
 Vanessa Cunha, Cláudia Casimiro, Magda Nico
 Secção Temática Famílias e Curso de Vida
 Associação Portuguesa de Sociologia

PROGRAMA

9h30m - 10h | Sessão de abertura
 Vanessa Cunha – Secção Temática Famílias e Curso de Vida
 João Teixeira Lopes – Presidente da Associação Portuguesa de Sociologia
 Karin Wall – Directora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

10h - 12h | AS MÉTRICAS DO TEMPO
 Moderação: Cláudia Casimiro – ICS/USP-Lisboa
 Maria Angeles Duran – Centro de Ciências Humanas y Sociales, Madrid
A estrutura económica oculta. Uma abordagem a partir da perspectiva do uso do tempo na família e nos agregados domésticos
 Helena Pereira, Ana Cardoso, Pedro Pereira e Ana Bráca – CESIS
Tempo e justiça: assimetrias de género na partilha do trabalho doméstico

12h - 14h | Almoço Livre

14h - 16h | TEMPOS (ES) PARTILHADOS
 Moderação: Vanessa Cunha – ICS-Lisboa
 Maria Ingham Schouten – UBI, CICS-UMinho | Soledad Lac Heras – UBI
Pais e mães chauffeurs. Os tempos de viagem diários das famílias
 Mafalda Leitão – ICS-Lisboa
Partilha da licença parental: motivações dos pais e quantidade de tempo para cuidar

16h - 16h15m | Pausa para café

16h15m - 17h45m | TEMPOS E TEMPORALIDADES DA VIDA FAMILIAR: mesa redonda
 Moderação: Magda Nico – CES/USP-Lisboa
 Chela Silva (ISCTE-IUL), Vasco Ramos (ICS-Lisboa), Rosalina Costa (UEvora), Mário Santos (ICS-NOVA, CES-IUL)

17h45m - 18h | Encerramento
 As coordenadoras da ST-FCV

Entrada livre mediante inscrição com envio de email para: familias@aps.pt

SEMINÁRIO NACIONAL: OS TEMPOS DA FAMÍLIA: ESTRUTURA, USO, DESIGUALDADES

Dia 13 de janeiro, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Uma organização de, Vanessa Cunha, Cláudia Casimiro e Magda Nico, secção Temática Famílias e Cursos de Vida, Associação Portuguesa de Sociologia.

Todas as informações em:
<https://aps.pt/pt/os-tempos-da-familia-estrutura-uso-desigualdades/>

CONGRESSO INTERNACIONAL - 5º ENCONTRO SOBRE JOGOS E MOBILE LEARNING

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, nos dias 15 e 16 de maio. A chamada de trabalhos decorre até ao dia 1 de fevereiro.

“O 5.º Encontro sobre Jogos e Mobile Learning, EJML 2020, volta a reunir investigadores, mestrandos e doutorandos, professores, psicólogos, profissionais de Ciências da Educação e demais interessados nestas temáticas. Este evento internacional atrai participantes nacionais e estrangeiros que pretendem partilhar conhecimentos, investigação, práticas e debater questões importantes para uma integração sustentável de jogos educativos e dispositivos móveis na educação.”

Todas as informações em:
<https://labteuc.wixsite.com/ejml2020>



ATAS

A SPCE divulgou a publicação das *atas do XIV Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação*, realizado em Coimbra e que teve lugar de 11 a 13 de outubro de 2018, tendo como instituição anfitriã a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (FPCE) da Universidade de Coimbra, com o título “Ciências, Culturas e Cidadanias”.

Consultar em:
<http://www.spce.org.pt/assets/files/Actas%20do%20XIV%20Congresso%20SPCE%20-%20Coimbra%202018.pdf>

O Fórum Português de Administração Educacional publicou o *E-book- 25 anos do Fórum Português de Administração Educacional- Edição Comemorativa*.

Consultar em:
<https://fpae.com.pt/publication/e-book-25-anos-do-forum-portugues-de-administracao->



A (Re) Ler

Manual para garantir inclusão e equidade na educação

E-book

Publicado em 2019 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura © UNESCO 2019

Do prefácio: (Qian Tang, Ph.D. Ex-diretor-geral adjunto de Educação)

“Incluir todos os estudantes e garantir que cada indivíduo tenha uma oportunidade igual e personalizada para o progresso da educação ainda é um desafio em quase todos os países. Apesar do louvável progresso alcançado nas duas últimas décadas para expandir o acesso à educação básica, esforços adicionais são necessários para minimizar barreiras à aprendizagem e garantir que todos os estudantes em escolas e outros setores da educação possam usufruir genuinamente de um ambiente inclusivo. A agenda de 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, cujo objetivo é não deixar ninguém para trás, fornece uma oportunidade única de construir sociedades mais inclusivas e equitativas. Isso deveria começar com sistemas de educação inclusivos. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4) sobre educação clama por educação inclusiva e equitativa de qualidade e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos até 2030. Enfatiza inclusão e equidade como alicerces para educação e aprendizagem de qualidade. O ODS 4 também pede pela



construção e atualização de instalações educacionais que sejam sensíveis às crianças, às deficiências e às questões de gênero, de forma a proporcionar um ambiente de aprendizagem seguro, não violento, inclusivo e eficaz para todos. Para alcançar esse objetivo ambicioso, os países devem garantir inclusão e a equidade dentro e por meio de seus sistemas educacionais e programas. Isso inclui tomar medidas de prevenção e lidar com todas as formas de exclusão e marginalização, disparidade, vulnerabilidade e desigualdade no acesso à educação, participação e conclusão, bem como nos processos de aprendizagem e resultados. Também requer a compreensão das diversidades dos

estudantes como oportunidades para melhorar e democratizar a aprendizagem para todos eles. A UNESCO apoia os formuladores de políticas governamentais de educação, os profissionais e as principais partes interessadas em seus esforços para desenvolver e implementar políticas, programas e práticas inclusivas que atendam às necessidades de todos os estudantes. Nós estamos confiantes que este Manual para Garantir Inclusão e Equidade na Educação servirá como recurso para os países e contribuirá para acelerar os esforços para educação inclusiva em âmbito global.”

<https://fpae.com.pt/publication/e-book-25-anos-do-forum-portugues-de-administracao-educacional-edicao-comemorativa/>

A (Re) Ler

Hacia una literacidad del fracaso escolar y del abandono temprano desde las voces de adolescentes y jóvenes

Resistencias, «cicatrices» y destinos ... INFORMES Y PROYECTOS (EIP) Tapa blanda – 19 Diciembre 2018

La obra se centra en el fracaso escolar y el abandono educativo temprano, temática estudiada en el marco del proyecto de excelencia P12- SEJ-2664, concedido por la Junta de Andalucía, y desarrollado a nivel andaluz. El análisis de estos fenómenos se realiza desde una mirada focalizada en las historias de adolescentes y jóvenes que, desde sus narraciones (voces), dan cuenta del proceso de desencante escolar en el que han estado inmersos, marcado por el fracaso, y que ha desembocado en el abandono del sistema educativo. La trama polifónica que define el conjunto de capítulos pone de manifiesto la «interseccionalidad»; rasgo que determina, «de facto», la compleja configuración de los fenómenos encarnados en los sujetos, al visibilizar la multidimensionalidad, la interacción y la interdependencia de contextos –portadores de factores de índole diversa– que inciden en la concurrencia de los fenómenos. También permite constatar las diversas formas de dominación y desigualdad que experimenta el estudiantado que



es arrastrado al fracaso y al abandono escolar, y que tienen que ver con los diferentes sistemas que producen exclusión, discriminación y desigualdades; por tanto, tales fenómenos no son responsabilidad exclusiva y única de los adolescentes y jóvenes. La obra ayuda a ver estos fenómenos con un carácter contextual, social, político e individual desde la orquestación de los siete capítulos en los que se articula:

el primero de estos ofrece una mirada teórica que permite cartografiar el estado de la cuestión, para ser continuado con los seis capítulos que se encargan de poner rostros a las cifras del fracaso escolar y del abandono educativo.

<https://www.amazon.com/literacidad-fracaso-abandono-temprano-adolescentes/dp/8498287170>

Sugestão de leitura

Autonomia, flexibilidade e gestão curricular: relatos de práticas

Autores: Rui Trindade
Edição: Leya Educação

**Sinopse**

Esta é uma obra coletiva, onde se descrevem, em sete textos distintos, os resultados de alguns projetos de acção educativa que resultam de decisões curriculares autónoma e intencionalmente assumidas, cuja flexibilidade é condição de uma atividade docente e discente mais significativa. O que se espera é que cada um desses textos possa inspirar e servir de suporte a outras iniciativas, mobilizando a vontade, a inteligência e a inventividade de

professores, de alunos e de todos os que, nas escolas, contribuem para a educação das crianças e jovens que as habitam.

O que as iniciativas descritas e comentadas nos mostram é que estamos perante desafios, propósitos, estratégias e recursos diversos que indicam que há um caminho que já foi percorrido por alguns, e do qual todos podem beneficiar, quando decidirem definir e percorrer os seus próprios caminhos.

Sugestão de leitura

Autonomia, flexibilidade e gestão curricular: Propostas e Estratégias de Ação

Autores: Ariana Cosme
Edição: Porto Editora, setembro de 2018

**Sinopse**

Esta é uma obra que pretende disponibilizar às professoras e aos professores portugueses um instrumento que lhes permita construir as suas próprias iniciativas e projetos, no âmbito dos desafios educativos para os quais são convocados por via da promulgação do Decreto-Lei n.º 55/2018.

Trata-se de um livro onde se propõe uma reflexão inicial sobre os fundamentos curriculares e pedagógicos do Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular, em função dos quais se possam

compreender alguns dos desafios e exigências relacionados com o processo de operacionalização deste projeto. A segunda parte está mais focalizada em propostas e estratégias de ação, adquirindo uma maior relevância, quer o processo de construção dos DAC, quer a abordagem da Pedagogia do Projeto, das Comunidades de Aprendizagem e da Avaliação (como condição do desenvolvimento de aprendizagens mais significativas), quer as estratégias que possam contribuir para promover e estimular a cooperação docente.